



Crise Política na Guiné Bissau - A tensão política que se vinha acumulando na Guiné Bissau, fruto do conflito entre o Presidente da República, José Mário Vaz (Jomav) e o Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, culminou com a demissão deste último em agosto passado. [Pag 2/3](#)

Eleições em Vários Países - O mês de outubro será marcado por intensa atividade eleitoral em vários países da África Ocidental. A 11 de outubro terão lugar as eleições presidenciais na Guiné Conacri e as eleições legislativas e presidenciais no Burkina Faso. A 18 de outubro está previsto a realização de eleições legislativas e presidenciais na República Centro-Africana. A 25 de outubro terão lugar as eleições gerais na Tanzânia. [Pag 4/5/6](#)

China Prepara Cimeira com África - O governo de Pequim anunciou que o Fórum Ministerial de Cooperação China-África será este ano elevado à categoria de Cimeira, devendo a mesma ter lugar em dezembro na África do Sul. Este Fórum Ministerial realiza-se, desde 2000, a cada 3 anos. Em 2006 o encontro também foi elevado a Cimeira. Esse ano foi considerado o ano da China em África devido à vigorosa investida económica chinesa em variados países africanos. [Pag 7](#)

UE Combate a Imigração Ilegal - O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, anunciou a criação de um Fundo de emergência, no valor de 1.800 milhões de euros, destinado a ajudar estabilizar países e regiões de África que, fruto da sua situação interna, têm favorecido o crescente fluxo de imigrantes ilegais para a Europa. O objetivo deste Fundo será o de implementar, nos países de origem, atividades destinadas a combater as causas da imigração, através da criação de emprego; boa governação; fortalecimento das instituições do estado; prevenção de conflitos e capacitação na vertente da segurança. [Pag 7](#)

Conferência Internacional de Investidores em São Tomé e Príncipe - O Governo de São Tomé e Príncipe anunciou a realização, a 14 e 15 de Outubro de 2015, de uma Conferência Internacional de Investidores e Parceiros de Desenvolvimento. A realização deste evento já era uma promessa antiga do Primeiro-ministro Patrice Trovoada que a tinha tentado promover em 2012 quando ocupou a chefia do governo. [Pag 8](#)

Cimeira da ONU sobre a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015 - A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em setembro passado durante a sua 70ª sessão, a chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) criados na Cimeira de 2000 da ONU. [Pag 8/9/10](#)

China Apoia Infraestruturas Ferroviárias - No âmbito do seu relacionamento com vários países africanos, a China está a apoiar a construção de diversas infraestruturas ferroviárias que terão efeitos muitos positivos em países como a Etiópia e o Quênia. [Pag 11](#)



Crise Política na Guiné Bissau

■ Luís Castelo Branco

A tensão política que se vinha acumulando na Guiné Bissau, fruto do conflito entre o Presidente da República, José Mário Vaz (Jomav) e o Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, culminou com a demissão deste último em agosto passado.

Apesar de serem do mesmo partido, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a verdade é que as relações entre ambos nunca foram pacíficas. Depois de dois anos em que o país foi dirigido por um governo ilegal e ostracizado pela comunidade internacional, a eleição de Simões Pereira e de Jomav, tinha sido encarada com um enorme otimismo por criar a oportunidade do país viver numa era de estabilidade política.

No entanto, o distanciamento entre os dois homens já era visível mesmo antes das eleições presidenciais. Simões Pereira, enquanto Presidente do PAIGC, preferiu apoiar Paulo Gomes como candidato do partido às presidenciais.

Porém, os resultados da primeira volta das eleições presidenciais complicaram a vida a Simões Pereira. Os dois candidatos mais votados foram Jomav e Nuno Nabiam, que contava com o apoio do maior partido da oposição, o Partido Renovador Social (PRS). Paulo Gomes, apoiado por Simões Pereira, ficou em terceiro lugar. Perante estes resultados, Simões Pereira viu-se obrigado a apoiar Jomav na segunda volta que, apesar de se apresentar como independente é militante do PAIGC, para impedir a vitória do candidato do PRS.

Apesar das diferenças que os separavam, ambos foram juntos à mesa redonda de doadores de Bruxelas de março passado apresentar aos doadores, bilaterais e multilaterais, os planos do país para o seu desenvolvimento, o que deu uma ideia muito positiva relativamente às novas autoridades. Este otimismo foi reforçado pelos bons resultados que o país alcançou em Bruxelas.

Porém, apesar de haver já indicadores de melhoria das condições de vida das populações, o choque entre estas duas personalidades foi crescendo e tornou-se difícil de ocultar. Na base do desentendimento haveria uma luta pela gestão dos bens vindos da conferência de doadores e questões relacionadas com as personalidades que deveriam ocupar determinados cargos.

O Presidente Jomav nunca aceitou alguns nomes do governo de Simões Pereira, tentando que estes fossem substituídos por elemen-

tos da sua confiança. Paralelamente, a gestão da reforma do sector da segurança e defesa também não era uma questão pacífica entre os dois.

Depois de vários incidentes entre o Primeiro-ministro e o Presidente, que tornavam a coabitação cada vez mais difícil, a situação agravou-se em inícios de agosto quando o Presidente exigiu uma profunda remodelação do Governo com vista a afastar vários ministros e secretários de estado que estavam a ser alvo de investigações. As propostas de remodelação, apresentadas por Simões Pereira, não foram aceites pelo Presidente e os dois entraram em choque frontal com declarações públicas em que se acusavam mutuamente de paralisar o país.

Apesar dos esforços, nomeadamente internacionais, para evitar a rutura entre o Presidente da República e o Primeiro-ministro, tal não foi possível. A 12 de agosto o Presidente José Mário Vaz demitiu o governo do Eng. Domingos Simões Pereira alegando, para tal, razões relacionadas com uma grave crise política que punha em causa o normal funcionamento das instituições. O Presidente da República alegou, igualmente, falta de confiança política no governo de Simões Pereira para pôr fim ao seu mandato.

Houve um forte empenho internacional na busca de uma solução alternativa. Os Presidentes do Senegal, Macky Sall, e da Guiné Conacri, Alpha Condé, estiveram particularmente ativos na tentativa de mediar o conflito.

Depois de anos de instabilidade política e militar, a Guiné Bissau tinha conseguido melhorar a sua imagem internacional, como tinha ficado patente na Mesa Redonda de Doadores de março passado. Esta nova crise política veio pôr em causa os esforços desenvolvidos no último ano.

A seguir à demissão de Simões Pereira, o Presidente Jomav deu a oportunidade ao PAIGC de indicar um outro nome para o cargo de Primeiro-ministro. Uma vez que o Bureau Político do PAIGC insistiu no nome de Simões Pereira, Presidente do partido, Jomav não o aceitou e decidiu nomear diretamente Baciro Djá, 3º Vice-presidente do PAIGC, como Primeiro-ministro. Baciro Djá tinha desempenhado as funções de Ministro da Presidência no anterior governo, mas entrou em choque com o Primeiro-ministro Simões Pereira.



A demora na constituição do novo governo deveu-se à necessidade de Baciro Djá obter os apoios suficientes dentro do seu partido, o PAIGC, e no parceiro da coligação o PRS. Face à fratura que esta crise provocou no seio do PAIGC, para obter o apoio necessário à formação de governo, Baciro Djá teve que apoiar-se no PRS, obrigando-o a fazer grandes cedências no momento de distribuir os cargos governativos.

Para voltar a integrar o executivo, o PRS exigiu mais cargos ministeriais e secretárias de estado, passando a controlar o dobro das pastas que tinha no governo de Simões Pereira. O PRS conseguiu ficar, num governo com 15 ministérios, com os ministérios da Energia e Indústria, Função Pública e Comércio, Saúde e Justiça. Ao nível das Secretarias de Estado, passaria a controlar a das Pescas, a do Ambiente, a do Tesouro, a da Segurança Alimentar e a da Administração Hospitalar.

Esta decisão de nomear Baciro Djá levou a que a Assembleia Nacional Popular tivesse pedido ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que fizesse uma avaliação desta decisão. O STJ pronunciou-se, logo no dia 9 de setembro, pela inconstitucionalidade do decreto Presidencial que nomeia Baciro Djá como Primeiro-ministro. Segundo o STJ, o decreto presidencial desrespeita o que está referido na Constituição guineense referente à formação do executivo, nomeadamente no que diz respeito ao facto de ser o partido mais votado a indicar o nome do Primeiro-ministro, facto que não aconteceu.

Após o anúncio da decisão do STJ, Baciro Djá apresentou, de imediato, o seu pedido de demissão do cargo de Primeiro-ministro.

Face ao impasse em que a Guiné Bissau mergulhou, a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO), reuniu-se de urgência com o objetivo de analisar a situação política guineense.

Vários países estiveram representados ao mais alto nível, nomeadamente, o Benim com o seu Presidente Thomas Yayi Boni, a Costa do Marfim com o Presidente Alassane Ouattara; o Burkina Faso com o Presidente Michel Kafando; a Guiné Conacri através do Presidente Alpha Condé; o Mali com o Presidente Ibrahim Boubacar Keita; o Presidente do Togo, Faure Gnassingbe Essozimna e o Senegal através do Presidente Macky Sall. Os outros países membros da CEDEAO

estiveram representados através dos seus Ministros dos Negócios Estrangeiros ou Embaixadores residentes em Dakar.

Desta reunião surgiu a criação de um grupo de trabalho para mediar a crise política da Guiné Bissau. O grupo seria liderado pelos Presidentes do Senegal, Macky Sall, da Guiné Conacri, Alpha Condé, e pelo antigo Presidente da Nigéria Olusegun Obasanjo.

Uma das recomendações que foi feita, desde logo, pela CEDEAO foi que a constituição guineense fosse revista de forma a evitar que, no futuro, surjam novamente choques de interpelação entre os poderes do Presidente e do Primeiro-ministro.

Por pressão do grupo de mediação, o Presidente da República aceitou que o PAIGC indicasse um novo nome para o cargo de Primeiro-ministro, tendo a escolha recaído sobre um elemento histórico do partido, Carlos Correia, que assume, pela quarta vez, a chefia do governo. Apesar da carga histórica que traz consigo, a idade avançada de Carlos Correia, de 81 anos, dá a ideia de que esta será uma solução de recurso e transitória.

A criação do novo governo chefiado por Carlos Correia demorou a ser constituída. As negociações entre o PAIGC e o PRS, com vista a criar um governo entre as duas maiores forças políticas do país, prolongaram-se por bastante tempo. A principal razão foi a tentativa do PRS aumentar o número de cargos no novo governo. No entanto, o PRS acabou por não aceitar participar no novo governo.

A primeira proposta de composição do novo governo foi rejeitada pelo Presidente Jomav. Os argumentos para esta posição prendiam-se com o facto de Simões Pereira ser indicado como Ministro da Presidência e grande parte dos outros ministros serem os mesmos do governo demitido. Esta situação adensou a crise política e o impasse na Guiné.





Eleições em Vários Países

O mês de outubro será marcado por intensa uma atividade eleitoral em vários países da África Ocidental. A 11 de outubro terão lugar as eleições presidenciais na Guiné Conacri e as eleições legislativas e presidenciais no Burkina Faso. A 18 de outubro está previsto a realização de eleições legislativas e presidenciais na República Centro-Africana. A 25 de outubro terão lugar as eleições gerais na Tanzânia.

Na Guiné Conacri, o Presidente Alpha Condé anunciou, em agosto, a marcação de eleições presidenciais para 11 de outubro. Este anúncio foi importante para pôr fim a vários meses de tensão que marcaram a vida da Guiné Conacri nos últimos tempos.

Um dos pontos que separava o maior partido da oposição, a União das Forças Republicanas liderado por Sidya Touré e o Presidente Condé tinha a ver com a realização das eleições autárquicas que estiveram previstas para o ano passado, mas que foram adiadas devido ao surto do ébola que atingiu o país.

A oposição afirmava que as autoridades locais eram controladas pelo Presidente Alpha Condé, e exigia a realização das autárquicas antes das presidenciais. Esta situação levou a que surgissem, em abril, protestos contra o calendário eleitoral proposto pelo Presidente Condé que só previa realizar as eleições autárquicas depois das presidenciais. As forças de segurança enfrentaram estes protestos com grande violência, causando a morte de vários membros da oposição.

A situação foi ultrapassada, em agosto, quando as duas partes assinaram um acordo que regulava a composição da comissão eleitoral, permitindo uma auditoria aos cadernos eleitorais, que a oposição considerava estarem muito inflacionados, e marcou o início de negociações para definir a data das eleições autárquicas.

Desde que ascendeu à independência em 1958, a Guiné Conacri só por uma vez realizou eleições presidenciais livres, as quais permitiram eleger, em 2010, Alpha Condé. Apesar de ter concorrido às eleições presidenciais de 1993 e 1998 contra o ditador Lansana Conté, as irregularidades eleitorais não permitiram que estes escrutínios fossem livres e justos, o que fez com que Alpha Condé tivesse perdido em ambas as ocasiões.

Para estas eleições apresentaram-se vários candidatos. À partida o favorito era o atual Presidente Alpha Condé. Como principal can-

didato, oriundo da oposição, surgiu Cellou Dalein Djallo do partido União das Forças Democráticas da Guiné (UFDG), que já tinha participado nas eleições de 2010 e que acusou o atual Presidente de utilizar a questão étnica para ganhar essas eleições.

Um outro candidato, com possibilidades de obter um bom resultado, é Sidya Touré que também já tinha sido candidato em 2010. Antigo Primeiro-ministro do país entre 1996 e 1999, Touré é o líder da União das Forças Republicanas (UFR). Em 2010 aliou-se a Cellou Dalein na segunda volta das eleições presidenciais.

Os outros candidatos eram : Lansana Kouyaté, antigo Primeiro-Ministro; Papa Koly Kourouma (GRUP) que foi antigo Ministro da Presidência e também candidato em 2010 ; Georges Gandhi Tounkara, antigo Ministro do Ensino Superior; Faya Lansana Millimono. Marie Madeleine Dioubaté surge como a única candidata mulher a estas eleições e é líder do partido ecologista da Guiné Conacri.

No Burkina Faso as eleições gerais foram convocadas para o dia 11 de Outubro de 2015, para a primeira volta das eleições presidenciais e legislativas que deveriam pôr fim ao período de transição, iniciado com a destituição de Blaise Compoaré em Outubro de 2014. O processo foi, desde logo, manchado pelo facto de algumas candidaturas ligadas ao antigo Presidente Compoaré terem sido recusadas.

Estas eleições permitiriam restabelecer a ordem constitucional interrompida desde a destituição, por manifestações populares, do Presidente Blaise Compoaré, em finais de Outubro de 2014, quando este, que se manteve no poder durante 27 anos, tentou modificar a Constituição para poder vir a concorrer a um terceiro mandato.

Após a destituição popular de Compoaré, a Presidência foi assumida, interinamente, pelo Tenente-Coronel Isaac Zida. Para encontrar uma solução definitiva para o país, vários estados da região da África Ocidental criaram um grupo destinado a mediar a transição do poder para mãos civis.

A solução encontrada foi a de nomear, como Presidente interino, o diplomata Michel Kafando durante um ano, enquanto se preparavam eleições presidenciais e legislativas para outubro deste ano.

Para as eleições presidenciais foram apresentadas 13 candidaturas. Entre os candidatos que depositaram os seus dossiês figuram



o Coronel Yacouba Ouédraogo, ex-Ministro dos Desportos de Blaise Compoaré; Françoise Toé, segunda mulher candidata; Adama Kana-zoé, da Aliança dos Jovens para a Independência e República; Djibril Bassolé, último chefe da diplomacia de Compoaré e Bénéwendé Sankara, da União para o Renascimento Sankarista, opositor do antigo regime.

Outros candidatos anunciados eram Ram Ouédraogo (do Partido Ecologista), Ablassé Ouédraogo (Faso Autrement), Zéphirin Diabré (da União do Progresso e Mudança, UPC), Gilbert Ouédraogo (da ADF/RDA), Tahirou Barry (do Partido para o Renascimento Nacional, PAREN), Eddie Komboïgo (do Congresso para a Democracia e Progresso, CDP), Roch Marc Christian Kaboré (do Movimento do Povo para o Progresso, MPP) e Saran Sérème, Presidente do Partido para a Democracia e Mudança (PDC).

Porém, a situação no Burkina Faso agravou-se a 17 de setembro quando membros da Guarda Presidencial prenderam o Presidente interino, Michel Kafando, e o Primeiro-ministro, Isaac Zida. Liderados pelo General Gilbert Diendéré, antigo Chefe de Estado-maior das Forças Armadas no tempo do Presidente Compoaré, afirmaram que pretendiam formar um novo governo inclusivo que criasse as condições para a realização de umas eleições verdadeiramente livres. Paralelamente anunciaram o adiamento das eleições previstas para dia 11 de outubro.

A causa imediata que levou a este golpe foi o facto da Comissão de Reconciliação e Reformas, entretanto criada, ter defendido a dissolução da Guarda Presidencial, grupo de elite militar composta por 1.200 efetivos. O regimento presidencial tinha sido criado por Blaise Compoaré com vista a garantir a sua segurança quando assumiu a presidência do país na sequência de um golpe de estado que provocou a morte do então Presidente Thomas Sankara.

O facto dos elementos da Guarda Presidencial serem antigos apoiantes do Presidente Compoaré, deixa no ar à dúvida se este, que agora vive no exílio na Costa do Marfim, não esteve por detrás deste golpe.

A condenação internacional a este golpe foi imediata e oriunda dos mais diversos sectores. A ONU, UE, CEDEAO condenaram este golpe e exigiram a libertação imediata do Presidente e Primeiro-ministro. A pressão internacional aliada à pressão nacional, encabeçada por

movimentos da sociedade civil, como foi o caso do Balai Citoyen – o qual já tinha estado na origem à contestação ao regime de Compoaré –, permitiram reverter a situação. Assim, a 23 de setembro, o Presidente de transição Michel Kafando retomou as suas funções.

Embora a normalidade democrática tenha regressado ao país, as eleições foram adidas, havendo a aspiração que as mesmas ainda se possam realizar em 2015.

Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 2010, a Costa do Marfim viveu momentos de grande instabilidade. Apesar de ter ganhado as eleições, Alassane Ouattara viu-se confrontado com a violência desencadeada pelos apoiantes de Laurent Gbagbo, Presidente desde 2000, que não aceitaram a derrota. Estes confrontos lançaram o país numa segunda guerra civil que terminou com a detenção de Gbagbo.

As eleições presidenciais de Outubro de 2015 tiveram como principais candidatos, Alassane Ouattara, líder do Rassemblement des Republicains. Os apoiantes de Gbagbo apoiaram a candidatura de Pascal Affi Guessan, líder do Front Populaire Ivoirien. O terceiro maior partido do país, o Parti Democratique de la Cote D'Ivoire, liderado por Henri Konan Bédié, que foi Presidente do país entre 1993 a 1999, manifestou o seu apoio à reeleição de Ouattara.

Apesar de inicialmente existirem 33 candidatos às eleições presidenciais de 25 de outubro, a Comissão Eleitoral Independente da Costa do Marfim apenas validou 10. Para além de Ouattara e de Guessan concorrerão a estas eleições Siméon Konan Kouadio; Henriette Lagou Adjoua; Mamadou Koulibaly; Kouadio Konan Bertin; Jacqueline-Claire Kouangoua e Kacou Gnanngbo.

Na Tanzânia terão lugar eleições gerais a 25 de outubro. Estas eleições revestem-se de especial importância por dois motivos. Em primeiro lugar, o atual Presidente, Jakaya Mrisho Kikwete, não poderá candidatar-se a novo mandato porque já exerceu os dois que a Constituição lhe permite. Em segundo o lugar, o partido no poder, o Chama Cha Mapinduzi (CCM) enfrenta uma séria concorrência por parte da oposição através da coligação Ukawa. O CCM tem governado o país desde a independência. Mesmo após a introdução da democracia multipartidária, o CCM manteve-se no poder.

A nomeação dos candidatos às eleições presidenciais foi rodeada



de grande participação dos membros dos dois principais partidos. No caso do CCM, a escolha recaiu em John Pombe Magufuli, o atual Ministro das Obras Públicas. A nomeação foi muito disputada com trinta e oito candidatos ao lugar. Foi necessária uma semana de deliberações e votações sucessivas para se chegar a uma escolha.

Magufuli acabou por vencer com 87% dos votos à frente da Ministra da Justiça, Asha-Rose Migiro, bem como da Embaixadora da União Africana, em Washington, Amina Salum Ali.

Magufuli não era, à partida, favorito à nomeação, sendo que antes tinham mais hipóteses acabaram por ser afastados como foi o caso do Vice-presidente, Mohamed Bilal, do Primeiro-ministro, Mizengo Pinda, e dos antigos chefes de governo Edward Lowassa e Frederick Sumaye.

A coligação UKawa escolheu como candidato presidencial Edward Lowassa, antigo Primeiro-ministro e membro do CCM. Após ter sido preterido pelo CCM como candidato presidencial, Lowassa abandonou o seu partido e concorreu às eleições presidenciais pela oposição.

A principal razão pela qual o CCM recusou apoiar uma candidatura presidencial de Lowassa deveu-se à sua imagem atingida por acusações de corrupção. Quando era Primeiro-ministro, em 2008, Lowassa foi obrigado a demitir-se devido a um escândalo conhecido como Richmond. O caso estava relacionado com as quebras de energia que o país sofria naquela altura. Para combater esta falta de energia foi contratada uma empresa norte-americana, a Richmond, num caso cheio de irregularidades.

No caso da República Centro-Africana (RCA), as eleições legislativas e presidenciais de 18 de outubro visavam pôr fim ao período de transição que o país vive desde há dois anos.

A RCA mergulhou numa onda de violência em março de 2013, quando rebeldes do movimento Séléka, muçulmanos, tomaram o poder, derrubando o Presidente François Bozizé, o que provocou represálias por parte de milícias cristãs, conhecidas como milícias anti-Balaka, que expulsaram dezenas de milhares de muçulmanos do sul do país e provocaram uma onda de grande violência.

Depois de vários meses de violentos confrontos, que provocaram

centenas de mortos, foi possível chegar a uma solução de compromisso. As duas partes aceitaram assinar um acordo e transição que levaria ao país a eleições em outubro de 2015. Durante o período de transição, o país seria governado pela antiga Presidente da Câmara Municipal da capital, Bangui, Catherine Samba-Panza, a qual substituiu o líder dos rebeldes Séléka, Michel Djotodia.

Porém, o recomeço, em finais de setembro, dos confrontos entre membros do Séléka e das milícias anti-Balaka, provocou dezenas de mortos em Bangui e puseram em causa a realização das eleições.



China Prepara Cimeira com África

O governo de Pequim anunciou que o Fórum Ministerial de Cooperação China-África será este ano elevado à categoria de Cimeira, devendo a mesma ter lugar em dezembro na África do Sul.

Este Fórum Ministerial realiza-se, desde 2000, a cada 3 anos. Em 2006 o encontro também foi elevado a Cimeira. Esse ano foi considerado o ano da China em África devido à vigorosa investida económica chinesa em variados países africanos.

Devido aos fortes investimentos que tem em praticamente todos os países africanos, este encontro com a China é considerado essencial para os líderes africanos. O apoio chinês, isento dos condicionamentos políticos exigidos pelos países ocidentais no seu relacionamento com África, é fundamental para o desenvolvimento das economias africanas.

Apesar do forte investimento chinês em África, o atual abrandamento da economia chinesa, aliada aos seus problemas internos, não deixará de se fazer sentir neste relacionamento.

No que diz respeito aos países africanos de língua oficial portuguesa, com exceção de São Tomé e Príncipe que continua a reconhecer Taiwan como legítimo representante do povo chinês e por isso não mantém relações diplomáticas com Pequim, as relações económicas sofreram uma diminuição.

No âmbito dos países africanos de língua portuguesa, o principal parceiro da China é Angola, fruto das relações comerciais que têm por base o petróleo angolano. Entre janeiro e julho deste ano houve uma diminuição de 43% nas trocas comerciais entre os dois países, ascendendo as mesmas a 12.450 milhões de USD. Durante este período, as importações angolanas atingiram os 2.395 milhões de USD, uma diminuição de 7,9%, enquanto as importações chinesas cifraram-se nos 10.055 milhões de USD, uma quebra de 47,75%¹.

UE Combate a Imigração Ilegal

O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, anunciou, a 9 de setembro, a criação de um Fundo de emergência, no valor de 1.800 milhões de euros, destinado a ajudar estabilizar países e regiões de África que, fruto da sua situação interna, têm favorecido o crescente fluxo de imigrantes ilegais para a Europa.

O objetivo deste Fundo será o de implementar, nos países de origem, atividades destinadas a combater as causas da imigração, através da criação de emprego; boa governação; fortalecimento das instituições do estado; prevenção de conflitos e capacitação na vertente segurança.

As regiões mais afetadas em África são a zona do Sahel, Norte de África e os países do Corno de África. Para além das contribuições da Comissão, pretende-se que cada Estado Membro possa contribuir bilateralmente com vista a aumentar o montante previsto.

O que este Fundo de Emergência pretende é criar condições nestas regiões para que haja melhorias nas condições de vida e assim diminua o fluxo de imigrantes. Paralelamente pretende-se combater as redes de imigração ilegal que estão instaladas em alguns dos países destas regiões.

As redes clandestinas de imigração ilegal estão a utilizar, sobretudo, o território líbio para chegar à Europa, aproveitando o clima de instabilidade e de conflito generalizado que se vive nesse país, o qual favorece uma ausência de controlo das suas fronteiras.

Relativamente à origem dos imigrantes, retirando os quem vêm da Síria e do Iraque, a grande maioria tem a sua origem na Eritreia, Nigéria, Sudão e da Somália. Só em 2015 entraram ilegalmente no espaço europeu cerca de 430 mil imigrantes.

A aplicação deste Fundo de Emergência será acompanhado por outras medidas, nomeadamente, a decisão de aceitar a legalização de vários milhares de imigrantes que já se encontram em território europeu. Esta legalização será feita através de um sistema de quotas que prevê que cada país europeu receba no seu território determinado número de imigrantes.

¹ Fonte: Estatísticas dos Serviços da Alfandega da China.
<http://www.forumchinapl.org.mo/category/news/trade-data/?lang=pt>



Conferência Internacional de Investidores em São Tomé e Príncipe

O Governo de São Tomé e Príncipe anunciou a realização, a 14 e 15 de Outubro de 2015, de uma Conferência Internacional de Investidores e Parceiros de Desenvolvimento. A realização deste evento já era uma promessa antiga do Primeiro-ministro Patrice Trovoada que a tinha tentado promover em 2012 quando ocupou a chefia do governo.

A realização da Conferência coincide com um momento de tranquilidade e estabilidade política no país e após o executivo já ter uma visão clara do que pretende ao nível do desenvolvimento nacional. A aposta em projetos de infraestruturas nas áreas da energia, água e transportes, são considerados essenciais para captar investimento externo, o qual é essencial para promover um crescimento sustentável da economia de São Tomé e Príncipe.

A grande aposta é tirar proveito da situação geoestratégica de São Tomé e Príncipe que poderá fazer do país um ponto de apoio para a entrada na África Ocidental ao mesmo tempo que poderá ser uma base para o controlo marítimo no atlântico sul.

Esta iniciativa vem repetir uma outra idêntica que teve lugar em 2006 quando o país obteve apoios na ordem dos 50 milhões de euros para projetos destinados, essencialmente, ao combate à pobreza.

Com uma economia muito dependente do exterior, São Tomé e Príncipe depende em cerca de 90% das ajudas externas, tanto sob a forma de crédito como de doação, para o financiamento do seu orçamento geral do estado.

Com vista a obter o maior número possível de participantes, o executivo santomense desenvolveu junto dos seus principais parceiros internacionais, bilaterais e multilaterais, uma série de iniciativas, nomeadamente, missões de sensibilização e mobilização para garantir a sua presença neste evento. Nesse sentido, os alvos multilaterais prioritários destas missões foram: o Banco Mundial; o Fundo Monetário Internacional; o Banco Africano de Desenvolvimento; a União Europeia; as Nações Unidas. Ao nível dos parceiros bilaterais os esforços concentraram-se em países como Portugal; a França; Taiwan; a Guiné Equatorial; o Gabão; a Nigéria e o Japão.

O evento terá como conferencista convidado o antigo Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo.

Cimeira da ONU sobre a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em setembro passado durante a sua 70ª sessão, a chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) criados na Cimeira de 2000 da ONU.

Em 2000, a chamada Cimeira do Milénio teve como ponto de apoio para os seus trabalhos o relatório Nós os Povos: o Papel das Nações Unidas no Século XXI², elaborado pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Este relatório tinha como objetivo estabelecer metas para os Estados-Membros da ONU enfrentarem, de forma conjunta, os inúmeros problemas mundiais que a humanidade tinha pela frente no novo milénio, nomeadamente: conflitos, violações dos direitos humanos, degradação ambiental, desigualdade na distribuição dos rendimentos, epidemias, redes internacionais de crime, terrorismo e o combate à fome.

Esse encontro histórico foi a oportunidade que os governantes mundiais tiveram para identificar os desafios existentes, e estabelecer ações adequadas para os enfrentar. Na Cimeira foram definidos os objetivos concretos para o desenvolvimento, que deveriam ser alcançados até 2015. Este compromisso ficou conhecido como a Declaração do Milénio³, assinada por 189 países.

Assim sendo, e para que o acordado durante a Cimeira do Milénio se tornasse uma realidade, até 2015, os países comprometeram-se a trabalhar em conjunto para alcançar oito grandes objetivos, os quais passaram a ser designados por Objetivos de Desenvolvimento do Milénio:

- Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- Atingir o ensino básico universal;
- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde materna;
- Combater o HIV, a malária e outras doenças;
- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

² <http://www.un.org/millennium/sg/report/index.html>

³ <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>



Apesar de África ter progredido na redução da pobreza, nos últimos dez anos houve uma diminuição da pobreza dos 58% para os 48%, o Continente tem registado, neste domínio, uma taxa de redução inferior relativamente a outras regiões em desenvolvimento.

Esta realidade deveu-se a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, os índices de crescimento económico que a maioria dos países africanos tem registado só se iniciaram no presente século e ainda não foram suficientes para diminuir as taxas de pobreza.

Em segundo lugar, o crescimento em África não tem sido suficientemente elevado nos sectores onde a população pobre reside ou trabalha. Uma vez que o mesmo se verifica, normalmente, em sectores que têm uma fraca ligação com o resto da economia, não tendo por isso um impacto significativo na criação de emprego e na redução da pobreza.

Finalmente, o crescimento tem apenas beneficiado uma pequena parte das populações africanas, o que implica que é necessário investir nas políticas destinadas a combater as desigualdades na distribuição dos benefícios.

Face às alterações ocorridas no mundo nos últimos 15 anos, a ONU começou a preparar uma nova agenda para o desenvolvimento para os próximos anos. A apresentação de propostas ficou a cargo de um painel de personalidades convidadas pela ONU⁴, o qual apontou para a necessidade de se produzirem algumas alterações importantes.

Um das principais prioridades da nova agenda deve ser uma maior atenção ao crescimento económico, centrado na criação de emprego, com vista a um desenvolvimento sustentado. Este crescimento deve ser assegurando tendo em atenção as questões climáticas que já afetam negativamente vários países africanos.

Em segundo lugar, há a intenção que os novos Objetivos mantenham o enfoque no combate à pobreza, com destaque para os países mais carenciados e em situações de fragilidade que, regra geral, enfrentam desafios particularmente importantes ao nível do desenvolvimento.

⁴ Entre elas o Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, a Presidente Ellen Johnson da Libéria e o Primeiro-Ministro britânico David Cameron.

Em terceiro lugar deverá haver o reconhecimento do papel essencial que poderá ser desempenhado por novos atores da cena internacional na nova arquitetura do desenvolvimento, quer eles sejam países com economias emergentes, quer sejam atores oriundos sector privado ou da sociedade civil.

Assim, o grande objetivo desta nova agenda, intitulada Transformando o Nosso Mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, é a erradicação da pobreza mundial até 2030.

Este foi o culminar de um longo processo negocial que envolveu vários momentos importantes, nomeadamente, a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento que teve lugar, em julho passado, em Adis Abeba. Nesta Conferência foram definidos os meios financeiros e não financeiros, públicos e privados que deverão sustentar a nova agenda para o desenvolvimento. Apoiar o desenvolvimento a apenas com fundos públicos já não faz sentido e também não é suficiente, devido à crescente importância dos atores privados.

A criação das condições para um desenvolvimento sustentável durante os próximos anos também ficará dependente dos resultados da Conferência sobre as Alterações Climáticas, que terá lugar em dezembro próximo em Paris. Este evento também deve ser considerado essencial para o nosso futuro, uma vez que o modo como enfrentarmos a claras alterações climáticas poderá ter um impacto muito grande no desenvolvimento, com especial incidência na atividade agrícola.

Os impactos do nosso modo de vida sobre o meio ambiente já têm consequências diretas em diversas partes do mundo. Veja-se, a título de exemplo, a situação de escassez de água na África Oriental, ou os fenómenos climatéricos extremos que atingem o mundo um pouco por todo o lado. Esta realidade implica a necessidade de um trabalho conjunto entre todos os países do mundo.

A tradicional divisão norte-sul já não faz sentido devido à, cada vez, maior interdependência entre Estados. Acontecimentos como as epidemias, como a recente crise do ébola que afetou vários países da África Ocidental, ações terroristas ou as migrações em massa, como as que estão a atingir a Europa, não conhecem fronteiras e necessitam de soluções conjuntas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável distinguem-se dos ODM por integrarem as três dimensões do desenvolvimento susten-



tável (económica, social e ambiental) de forma interligada, o que lhes permite abordar novas áreas como a paz e segurança, o combate às alterações climáticas ou a promoção do crescimento económico inclusivo. Mas, precisamente por isso, o seu cumprimento será mais difícil de alcançar e exigirá maiores esforços de coordenação entre todos para que sejam realizáveis dentro dos prazos previstos.

Uma outra inovação diz respeito ao carácter universal dos ODS, uma vez que devem ser implementados por todos os países do mundo e não apenas aos países em desenvolvimento. A implementação dos ODS ficará dependente não apenas da disponibilização de recursos financeiros, mas também da adoção de medidas legislativas eficazes que promovam a boa governação e um maior apoio aos países mais pobres e em situação de fragilidade, os quais têm maiores dificuldades em promover o seu desenvolvimento.

Os novos Objetivos apostam no conceito da sustentabilidade, algo que é transversal a todos eles. Os 17 ODS são os seguintes:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoderamento de todas as mulheres e raparigas;

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos;

Objetivo 8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;

Objetivo 9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade;

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Cada um destes ODS, e à semelhança do que já acontecia dos ODM, desdobra-se num conjunto de metas que devem ser alcançadas para que, em conjunto, se possa dizer que o referido ODS foi alcançado.

A concretização dos ODS deverá ser monitorizada no quadro do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, com base em relatórios de progresso a serem apresentados, a cada quatro anos, pelos Estados Membros.

Os 17 ODS incluem 169 metas, cujo cumprimento será avaliado através de 300 indicadores que a ONU elaborou para determinar o modo como as nações irão cumprir os compromissos assumidos. O processo será particularmente difícil para os estados mais frágeis, os quais não terão nem os meios humanos, nem financeiros, para fazer este acompanhamento.

A nova agenda entrará em vigor a 1 de janeiro de 2016.



China Apoia Infraestruturas Ferroviárias

No âmbito do seu relacionamento com vários países africanos, a China está a apoiar a construção de diversas infraestruturas ferroviárias que terão efeitos muito positivos em países como a Etiópia e o Quênia.

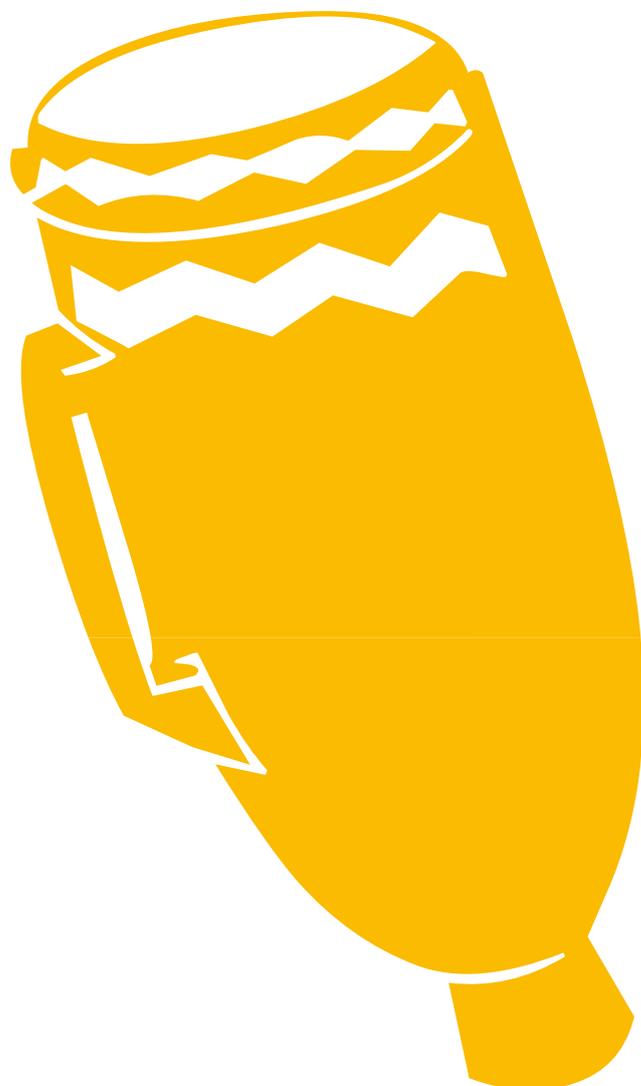
Na Etiópia a construção do Adis Abeba Light Rail Transit, inaugurado a 20 de setembro, esteve a cargo da China Railway Engineering Corporation. Este comboio elétrico fará um percurso de 17 quilómetros que unirá o centro da cidade de Adis Abeba às zonas industriais a sul. Prevê-se que esta infraestrutura venha a ser, numa segunda fase, alargada para quase o dobro do atual comprimento.

Para além da construção, a presença chinesa também se fez sentir no financiamento, através do Export-Import Bank of China, e na futura gestão da infraestrutura que estará a cargo do Shenzhen Metro Group.

A construção desta linha de comboio foi um importante motor para a economia da Etiópia, não só pelo elevado número de trabalhadores etíopes que utilizou, cerca de 20 mil, como também devido à transferência de tecnologia, formação de quadros técnicos locais e a criação de condições para fortalecer o tecido industrial.

No caso do Quênia, a China apoiou a construção da ligação Mombaça – Nairobi, a qual tem cerca de 600 quilómetros. O financiamento foi feito, na sua grande maioria, tal como na Etiópia, pelo China Exim Bank. A construção esteve a cargo da China Road and Bridge Corporation, uma subsidiária da China Communications Construction.

Também como sucedeu na Etiópia, a construção desta infraestrutura permitiu criar cerca de 30 mil empregos. Paralelamente foi dada formação técnica a quadros locais que irão apoiar na manutenção da linha.





OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.portugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05